

Acumulação de capital e sociedades de economia natural na Amazônia: notas para o debate

*Accumulation of capital and Societies of natural economy in the Brazilian Amazon:
notes for discussion*

Nádia Socorro Fialho NASCIMENTO¹

Patrícia de Sales BELO²

Resumo: O artigo reflete sobre os resultados da acumulação de capital sobre regiões ricas em recursos naturais, como é o caso da Amazônia brasileira. Busca demonstrar como a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos na região contribui para a expropriação das condições que permitem aos povos originários a reprodução objetiva e subjetiva de sua existência – a terra e os espaços da natureza. A partir da teoria crítica, expõe sobre a histórica inserção subordinada da Amazônia ao mercado mundial capitalista e sobre os processos sociais, econômicos e ambientais, resultantes, na contemporaneidade, da exploração de recursos minerais, como é o caso do município de Juruti, no estado do Pará. Conclui que a produção social de riquezas sobre sociedades de economia natural, a partir da expropriação de seus recursos naturais, produz e (re) produz expressões da “questão social” na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia. Sociedades de Economia Natural. Grandes Projetos. Questão Social.

Abstract: The article reflects on the outcome of capital accumulation over regions rich in natural resources such as the Brazilian Amazon. Seeks to show how the implementation of large projects in the mining and metallurgical region contributes to the expropriation of the conditions that allow people originating playback subjective and objective of its existence – the land and spaces of nature. From the critical theory, historical exhibits on the subject of Amazon entering the capitalist world market and on the social, economic and environmental consequences, in contemporary times, the exploitation of mineral resources, such as the city of Juruti, in the state of Para concluded that the social production of wealth on natural economy societies, from the expropriation of their natural resources, produces and (re) produces expressions of the “social question” in the Amazon.

Keywords: Amazon. Societies of natural economy. Large Projects. Social Issues.

Submetido em: 30/05/2012

Aceito em: 20/09/2012

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professora adjunta da Universidade Federal do Pará - (UFPA, Brasil). Email: <fialho@ufpa.br>.

² Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil) . Analista municipal da prefeitura do município de Ananindeua/Pará, no cargo de Assistente Social na área da saúde; e professora adjunta I da Faculdade Pan Amazônica (FAPAN, Brasil). E-mail: <patriciaufpa@hotmail.com>.

Introdução

Dentre as várias regiões do planeta, a Amazônia se destaca por reunir, na imensidão de seus diversos espaços, as fontes originárias e indissociáveis do processo produtivo – trabalho e natureza. Dentre os recursos naturais presentes na região – gás natural, água potável, fontes de energia e petróleo –, destaca-se a quantidade, qualidade e diversidade extraordinária de minerais, especialmente na Amazônia brasileira. É em função dessa condição que a região tem importância superlativa na sociedade capitalista, pois, como já destacara Luxemburgo (1988), as matérias-primas se constituem em elemento essencial ao processo produtivo e, por essa razão, o capital avança sobre as áreas não capitalistas, as chamadas sociedades de economia natural, para nelas explorar esses recursos. Para Fontes (2010), ao abordar a dinâmica contemporânea do capitalismo sustentado na lógica que ela nomeia de imperialismo, a expansão capitalista, através de um processo permanente e exasperado de expropriação, é condição fundamental para “[...] uma disponibilização crescente da população mundial ao capital” (FONTES, 2010, p. 42).

Os instrumentos da expropriação capitalista sobre as chamadas sociedades de economia natural são as empresas multinacionais que, segundo Beaud (1987), foram formadas no contexto da mundialização do capital. No Brasil, essas multinacionais que se ocupam da exploração dos recursos naturais são conhecidas na literatura especializada como grandes

projetos. A sua implantação na região amazônica tem produzido, fundamentalmente, a expropriação das condições que permitem aos povos nativos a reprodução objetiva e subjetiva de sua existência – a terra e os espaços da natureza. Ao saque colonial sucedeu uma exploração capitalista altamente tecnicizada, muito especialmente a partir da segunda metade do século XX, através daquelas empresas.

Os processos sociais, econômicos e ambientais resultantes da implantação desses empreendimentos do capital, e de grande capital, na Amazônia, têm produzido processos sociais, econômicos e ambientais que afetam as condições de vida de milhares de amazônidas, sejam eles nativos ou migrantes. Foi especialmente a partir dos governos militares que o modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico teve nos grandes projetos o seu auge, processo esse que foi retomado nas últimas décadas do século XX, a partir da nova fase de expansão generalizada do capital, rumo aos países e/ou regiões marcadas pela abundância de recursos naturais. Face às sucessivas crises do capitalismo, uma das medidas de contraofensiva do capital é o de intensificação da exploração de recursos naturais estratégicos ao processo produtivo através de grandes projetos de exploração mineral. Um desses grandes empreendimentos, que se soma a outros casos históricos na Amazônia, instalou-se no município de Juruti, no estado do Pará, para a exploração de bauxita.

Os resultados dessa exploração mineral sobre uma área de economia natural têm

produzido, entre outros, um processo de expropriação da terra e dos espaços da natureza que levam a população local, de imediato, não a um processo de pauperização clássica, mas, como informa Fontes (2010), a uma subordinação do conjunto da sua existência social ao capital.

Para o profissional de Serviço Social que tem na Amazônia, ou não, o seu chão, e que está comprometido com o projeto ético-político da categoria, é fundamental apreender os processos que estão na base da produção e (re) produção das expressões da “questão social” na região. Isso requer não apenas o conhecimento da contradição fundamental que produz uma apropriação privada da riqueza socialmente produzida, mas também dos processos particulares que se dão na Amazônia e que dizem respeito à recorrente expropriação das sociedades de economia natural. Essa é uma exigência frente aos ataques àquela perspectiva emancipadora, traduzidos em práticas que aliam conservadorismo, pós-modernidade e pseudo-crítica, nem sempre distinguíveis e que se exigem de nós uma postura aberta para o debate, não abre mão da crítica radical.

A relação homem x natureza na Amazônia

Na organização dos bens necessários à vida humana, destaca-se o trabalho como a atividade humana básica, “[...] indispensável à existência do homem –, quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de

manter a vida humana” (MARX, 1990, p. 50). A interação do homem com a natureza determina um tipo de apropriação que, segundo Marx, não é de forma alguma privada, como no Modo de Produção Capitalista. No comunismo primitivo

[...] os indivíduos comportam-se não como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade em que trabalham. A finalidade deste trabalho não é a criação de valor, embora eles possam realizar trabalho excedente de modo a trocá-lo. [...] Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como a comunidade como um todo (MARX, 1986, p. 66).

Neste modo de vida, do qual Marx admira “[...] os valores sociais positivos incorporados à comunidade primitiva, embora em forma atrasada” (MARX, 1986, p. 50), a terra é vista de forma completamente diferente do olhar capitalista e isso explica a relação que certos grupamentos humanos mantêm com ela, mesmo nas sociedades contemporâneas.

A terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade. As relações dos homens como a terra são ingênuas: eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo (MARX, 1986, p. 67).

Temos assim configurada a relação do homem com a natureza nas sociedades comunais primitivas, relações estas que diferem fundamentalmente daquelas dominantes no sistema capitalista, que se assenta na lógica da expropriação do homem de seus meios de produção,

transformando em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e convertendo em assalariados os produtores diretos. Não é outra, senão esta, a configuração socioeconômica de certos agrupamentos humanos encontrados na Amazônia. Como os homens das sociedades comunais primitivas analisadas por Marx, as nações indígenas também não estavam preocupadas em acumular riquezas. Os índios “[...] produziam mais do que necessitavam, reservando o excedente para a troca ou comércio intertribal” (FREIRE, 1991, p. 15). O contato forçado das nações indígenas com o conquistador europeu – fosse ele português, inglês, francês ou holandês, “[...] destruiu as organizações tribais, introduziu na Amazônia longas jornadas de trabalho e a diferenciação em classes sociais [...]. Do ponto de vista econômico, transformou povos agricultores em coletores” (FREIRE, 1991, p. 16).

Os processos sociais (de exploração, resistência e assimilação) que conformaram a ocupação do espaço amazônico, originaram uma cultura com características próprias, onde o homem nativo vive (vivia!) em relação de complementariedade com a natureza, dela tirando o necessário a sua sobrevivência. Nesta natureza, o rio e a floresta são elementos integrantes, assim como ele, de uma realidade única e onde a propriedade da terra é condição preliminar do trabalho. Seu nível de organização é o de famílias extensas, aquela que “[...] em sua composição incorpora não só o casal original, como outros casais agregados que vinculam-se por laços de parentesco, à mesma fonte de produção” (TEIXEIRA, 1991, p.

99). Destaca-se aqui a questão da terra, pois, para as comunidades amazônicas,

[...] a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com sua comunidade, da qual constituem a base (MARX, 1986, p. 77).

O cabôco³ quando se apossa da terra, “[...] produz nela, preferencialmente, valor de uso, embora [...] também produza valor de troca, integrado que está em um sistema que lhe exige a produção de um excedente compulsório” (LEAL, 1986, p. 14). Nas áreas ainda livres da apropriação privada das terras, os homens

[...] organizam-se produtivamente, mantêm suas formas próprias de relações sociais, e ainda reproduzem seus valores culturais à sua moda. Praticam-se, aí, a pequena agricultura, extrativismo, pesca e caça em uma realidade em que é dominante a relação de propriedade com a terra através do trabalho (muito embora perante a lei sejam posseiros), e apenas par-

³ O termo “cabôco” é aqui adotado com base no *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, de Souza (1961), onde é definido como o mestiço do branco com o índio, sendo que “caá”, na língua tupi, significa “mato”, originando “caá-boc” como “aquele que vem do mato”. Com base na obra citada, Leal (1982) utiliza o termo para designar o habitante do interior amazônico que pratica atividades fundamentalmente herdadas da cultura indígena, como a prática da caça, pesca, coleta florestal e pequena agricultura, independentemente de uma raiz étnica estrita e necessariamente índia. Em função do uso comum na região amazônica da expressão “cabôco” e não “caboclo”, a primeira é adotada no texto como reforço à sua origem cultural.

cela da produção econômica é materializada como mercadoria, sendo parte significativa da produção como valor de uso (LEAL, 1986, p. 35).

Quando, porém, o capital penetra nas áreas rurais, no caso da Amazônia, tendo como instrumento privilegiado os Grandes Projetos econômicos, o faz de forma a subverter a lógica nativa, transformando a terra em terra de negócio, “[...] onde se passa a produzir apenas valor de troca [...] com o intuito do lucro” (LEAL, 2010 p. 98).

A inserção subordinada da Amazônia ao mercado mundial capitalista

Na Amazônia, o avanço do capital remonta ao período de sua colonização e se deve à abundância de recursos naturais na região, o que determinou, desde cedo, a sua inserção subordinada ao mercado mundial capitalista. Com base nessa condição, a região atravessou distintos períodos, que se subordinaram às condições gerais do processo de acumulação instaurado pela Acumulação Primitiva. Leal (2010) destaca quatro grandes períodos históricos na Amazônia. Enquanto o primeiro, durante o século XVI, compreende o período exploratório, o segundo, denominado período colonial português, compreende, grosso modo, o período da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822). O terceiro período, já no século XIX⁴, é caracterizado

⁴ No plano internacional, esse período corresponde à ascensão da burguesia, momento a partir do qual se estruturou todo um processo de produção científica voltada aos objetivos da acumulação. Esta produção esteve grandemente voltada para a detecção de toda e qualquer riqueza natural que

como período de vinculação da Amazônia às economias capitalistas hegemônicas, o que corresponde à subordinação econômica do Brasil à Inglaterra. Por fim, o autor destaca, a partir do século XX, o período de redefinição daquela vinculação em função da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho após a segunda Guerra Mundial.

Para Luxemburgo (1988), a política colonial levada a efeito no processo de Acumulação Primitiva se explica pela necessidade incessante do controle dos meios de produção. Segundo a autora, extrapolado o processo da Acumulação Primitiva no continente europeu, os meios de produção necessários ao processo produtivo podiam ser obtidos nas terras recém-conquistadas. A marcha da acumulação prosseguiu então rumo àquelas sociedades que Luxemburgo chama de “sociedades de economia natural”, que

pudesse contribuir ao desenvolvimento das forças produtivas, especialmente através de novos materiais capazes de serem aproveitados pela indústria. Nesse período, a Amazônia experimentou o chamado ciclo da borracha (1850-1910), que trouxe como uma de suas consequências uma modernidade aparente que, associada à ideia de progresso, expressou-se na ação urbanizadora e embelezadora sobre as cidades de Belém e Manaus, subordinada não às necessidades coletivas de suas populações, mas objetivando as necessidades do capital. Após a desarticulação da economia gomífera, em função do contrabando e plantio da borracha nas colônias asiáticas da Inglaterra, a região experimentou 30 anos de profunda decadência (1910-1940), após a qual a economia gomífera foi reativada em decorrência da demanda norte-americana pelo produto, a partir da segunda Guerra Mundial (1939-1945).

[...] independentemente de serem formadas por comunidades camponesas primitivas com propriedade comum da terra, relações de servidão feudal ou outras quaisquer – o que a define é a produção, em função das necessidades domésticas [...]. Entretanto, o ponto essencial é o seguinte: todas as formas de produção da economia natural se baseiam, de um modo ou de outro, numa dependência, tanto dos meios de produção como das forças de trabalho (LUXEMBURGO, 1988, p. 317-318).

Apesar de Luxemburgo considerar as sociedades de economia natural como “o meio histórico da acumulação do capital”, a autora destaca que não é qualquer forma de economia não capitalista que possibilita o desenvolvimento do capitalismo, mas aquelas que servem de fonte potencial de elementos necessários ao capital – força de trabalho, meios de produção e, ainda, mercado. Segundo Luxemburgo, “[...] as forças produtivas estão em poder de formações sociais que ou não se encontram inclinadas ao comércio de mercadorias ou não favorecem os meios de produção mais importantes para o capital” (LUXEMBURGO, 1988, p. 319). Diante da dificuldade do capital em obtê-las satisfatoriamente, pela via do comércio e por não se dispor a esperar pelo que Luxemburgo chama de “processo secular de desagregação”, o capitalismo “[...] considera, como uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países coloniais” (LUXEMBURGO, 1988, p. 319).

O resultado final do processo de expropriação desencadeado pelos colonizadores sobre as colônias da Ásia, da África e da América foi o mesmo produzido, ori-

ginalmente, sobre a Europa. Os objetivos eram os mesmos – a destruição da propriedade comunal e a separação final do homem dos seus meios de produção. Estava aberto assim o caminho para o apossamento direto dos recursos naturais e para a “liberação” do homem, condições elementares para o processo de constituição do próprio capitalismo.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, num processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX 1990, p. 830).

A colonização e o saque colonial a ela inerente se constituiu, assim, no grande e verdadeiro vetor do que Marx veio a conceituar como Acumulação Primitiva, sendo o saque colonial o método pelo qual as riquezas das sociedades colonizadas foram transferidas para as sociedades colonizadoras, que as transformaram, por sua vez, em capital – coisa que até então não eram. A substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios constituiu a passagem do capitalismo para um estágio superior, que Lênin (1982) chama de Imperialismo, “[...] caracterizado pela dominação absoluta dos trustes, pela onipotência dos

grandes bancos, pela política colonial em grande escala, etc.” (LÊNIN, 1982, p. 14). Ainda para esse autor, a posse de vastas colônias e o monopólio do mercado mundial são alguns dos traços essenciais do Imperialismo e já estavam presentes desde a segunda metade do século XIX. Entretanto, é no final deste e início do século XX que o Imperialismo adquire novos significados, no momento mesmo em que

[...] se inicia o ‘esforço’ prodigioso das conquistas coloniais, que se torna infinitamente mais aberta a luta pela partilha territorial do mundo. É, pois, indubitável que a passagem do capitalismo ao seu estágio monopolista, ao do capital financeiro, se encontra relacionada com o agravamento da luta pela partilha do mundo (LÊNIN, 1982, p. 77).

Para Luxemburgo (1988), as empresas capitalistas, especialmente na virada do século XIX para o século XX, quando a acumulação de capital expandiu-se, buscaram cada vez mais matérias-primas – a base material da mais-valia. Segundo a autora, é nas “sociedades de economia natural” que se encontra, em maior quantidade, essa base material das forças produtivas. Na era do capitalismo dos monopólios, a exportação de capitais, associada à formação dos grupos monopolistas, produziu a “[...] mundialização da área de influência dos capitalismos dominantes, através do comércio e da exportação de capitais, [e também] da formação de grupos multinacionais, da colonização que conduz à partilha do mundo” (BEAUD, 1987, p. 223).

Em relação à Amazônia, os processos decorrentes da Divisão Internacional do

Trabalho do pós-guerra reafirmaram a condição da região como espaço privilegiado das ações do capital monopolista. Segundo Leal (2010), essa situação se dava, entre outras razões, pelas possibilidades que áreas como a Amazônia ofereciam e que podem ser assim resumidas: a) Mercado amplo e crescente; b) Matéria-prima barata e abundante; c) Mão de obra barata e abundante. Segundo o mesmo autor, a ditadura militar consolidou a vocação outorgada à Amazônia como região mineira, a partir da década de 1940. A ocupação produtiva da região, a partir do privilegiamento de grandes projetos infraestruturais, foi então justificada tanto pela abundância de seus recursos naturais, como pela necessidade de integração de uma área fronteiriça de grande dimensão.

Expropriação via Grandes Projetos na Amazônia: a comunidade de Juruti/PA

Os grandes projetos industriais implantados na Amazônia, especialmente a partir da década de 1970, são destacados por Ribeiro (1990) como “[...] enclaves na região, sem provocar maiores efeitos benéficos em nível econômico ou social, já que são empreendimentos voltados exclusivamente para o mercado externo” (RIBEIRO, 1990, p. 11-12). No mesmo sentido, Leal (1996) destaca que “[...] o termo grande projeto surgiu na Amazônia para designar os empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, mandando-os para fora (LEAL, 1996, p. 10). Segundo este autor, os dois casos precursores dos Grandes Projetos na Amazônia foram o Projeto FORD – na década de

1920 – e o Projeto ICOMI – na década de 1940. Estes dois empreendimentos nasceram de uma conjuntura externa à realidade brasileira e envolveram acordos escusos quando de sua implantação. O Estado local teve papel decisivo no apoio a sua implantação e eles subordinaram a vida econômica e o meio social as suas condições. Ambos reforçaram a presença do grande projeto como instrumento neocolonial e mantendo a economia amazônica voltada para fora, não geraram para o meio social onde se instalaram nem mesmo uma massa física que pudesse ser utilizada em prol da região (LEAL, 1996).

À parte as semelhanças na implantação destes dois empreendimentos, Leal destaca que o Projeto FORD logrou produzir uma descapitalização ecológica irreversível, tendo chegado a exaurir uma das mais ricas jazidas de manganês do planeta. Aos Projetos FORD e ICOMI seguiram-se outros empreendimentos econômicos na região, com destaque para o Programa Grande Carajás, que envolvia o ferro de Serra dos Carajás (cujas jazidas localizam-se no estado do Pará), a alumina/alumínio da Albras/Alunorte e a Hidroelétrica de Tucuruí, além da Ferrovia Carajás-São Luís, do Porto de Vila do Conde, do Projeto Jari e do Projeto Trombetas (mineração de bauxita).

O mais recente caso de implantação de um grande projeto na Amazônia brasileira é o da ALCOA, uma multinacional do ramo mineiro, que além de deter um bilhão e 100 milhões de toneladas de bauxita, explorada no rio Trombetas, no estado do Pará, obteve do governo do es-

tado a aprovação de um novo projeto de exploração, desta vez no município de Juruti. Este grande projeto, que visa explorar 170 milhões de toneladas de bauxita, situa-se no lago Muirapinima, município de Juruti, localizado na mesorregião do Baixo Amazonas paraense. No ano de 2005 foram realizadas três audiências públicas para discussão do projeto, após o que a ALCOA recebeu as licenças necessárias para o empreendimento e, em 2006, iniciaram-se as atividades de sua construção. Este projeto envolve a lavra do minério e um terminal portuário construído às margens do rio Amazonas. Durante o processo de licenciamento, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE), apontaram irregularidades no estudo de impactos ambientais, como “[...] impactos regionais não dimensionados, a partir da necessidade de definição de áreas de influência mais abrangentes” (BRASIL, 2005, p. 18-19).

O município de Juruti, originado a partir de uma aldeia de índios Munduruku, no século XIX, é acessado apenas por via fluvial, meio através do qual chegaram à área outros grupamentos humanos que deram origem a uma população mestiça, com forte ascendência indígena. No município de Juruti, encontra-se a Vila de Muirapinima, localizada às margens do lago Grande Juruti, ocupada por inúmeras famílias que se autoidentificam como populações tradicionais⁵. A partir dessa

⁵ O termo populações tradicionais, amplamente utilizado a partir da década de 1970 e ainda permeado de ambiguidades, designa, de acordo com o Decreto federal 6.040/2007, em seu artigo 3º, inciso I, os “[...] grupos culturalmente diferencia-

representação, essas famílias organizaram-se para a criação de um Projeto Agroextrativista (PAE), denominado PAE⁶ Juruti Velho, que se constitui numa modalidade de assentamento que, diferentemente de outras modalidades, objetiva a fixação e regularização territorial dos habitantes tradicionais da área, com vistas à exploração das riquezas extrativistas numa perspectiva ambiental e cultural.

A partir das obras de implantação da ALCOA no município de Juruti, foram identificados inúmeros processos sociais, econômicos e ambientais que afetaram a sobrevivência das comunidades. Em razão da construção do porto, da ferrovia e da preparação do terreno para a lavra do minério, as rotas utilizadas pelas comunidades para a coleta de castanha e captação de água foram modificadas (MONTEIRO, 2009). A impossibilidade do extrativismo da castanha representa a maior alteração socioeconômica vivenciada pelas 45 comunidades que residem no entorno do projeto da ALCOA. Como a castanha é o produto com maior valor no mercado, a impossibilidade e/ou dificuldade na sua coleta compromete a sobrevivência das comunidades. Ao lado da desestruturação socioeconômica, as

dos e que se reconhecem como tais, que possuam formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição” (BRASIL, 2007).

⁶ O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) está regulado pela Portaria INCRA/P/Nº 268, de 23/10/1996, que revogou a Portaria P/Nº 627, de 30/07/87, adequando-se ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

comunidades também foram vítimas de alterações culturais significativas, que incidem especialmente sobre a geração mais jovem, seduzida pelo discurso da modernidade que os faz renegar a possibilidade de trabalhar a terra, como seus pais. Segundo Fontes (2010), a expropriação “[...] incide sobre direitos tradicionais, como o uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entreatada local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas” (FONTES, 2010, p. 51).

Apesar da organização das comunidades face à investida do grande capital representado pela ALCOA, observa-se uma gradual dissolução dos laços comunitários e a possibilidade concreta de que essa população venha a transitar de superpopulação latente a estagnada⁷. Na verdade, essa é uma das tendências postas a essa população, uma vez que a expropriação dos seus meios de produção tanto a expulsa das suas áreas naturais,

⁷ De acordo com Marx (1990), a acumulação do capital produz uma crescente superpopulação relativa, também denominada exército industrial de reserva. Essa superpopulação relativa pode assumir três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. A primeira forma diz respeito àqueles trabalhadores que ora são repelidos do mercado, ora são atraídos em quantidade maior; a segunda forma diz respeito àqueles trabalhadores que são expulsos da atividade agrícola, seja pela crescente capitalização do campo, seja pela introdução de máquinas e equipamentos; a terceira forma diz respeito àqueles trabalhadores em ação, mas em ocupações totalmente irregulares. Marx ainda destaca os chamados pauperizados (órfãos, crianças, doentes, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho etc.).

como a leva a vender suas terras por quantias irrisórias para a própria ALCOA. Em ambos os casos, eles migram para os núcleos urbanos mais próximos e/ou para outros núcleos urbanos da região. Nesses novos espaços, carentes de infraestrutura em função da ausência e/ou precariedade de políticas públicas, essa população passa a se constituir, na melhor das hipóteses, em população estagnada. Isso porque, sem formação escolar regular, não será absorvida no mercado formal, salvo em degradantes formas de trabalho, na maioria das vezes, engrossando o contingente de trabalhadores do mercado informal.

À guisa de conclusão

Sabe-se que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, mas tão somente fruto do desenvolvimento incessante das forças produtivas e, embora seja condição indispensável, não é condição suficiente para um desenvolvimento que promova a apropriação coletiva dos bens e serviços produzidos socialmente. O que se verifica, a partir das reflexões teóricas e no exame dos dados apresentados nesse artigo, é que uma região como a Amazônia, superlativamente abundante em recursos naturais de toda ordem, tem uma importância também superlativa na sociedade capitalista. A pauperização presente na região está relacionada aos processos sociais, econômicos e ambientais desencadeados historicamente sobre ela, e é resultado, no passado recente, da intensificação do processo de ocupação do território e da conseqüente desestruturação das formas

tradicionais de subsistência que a acompanha.

Os mais atingidos são pequenos trabalhadores rurais, ribeirinhos, índios, quilombolas, seringueiros e outros grupos nativos – as sociedades de economia natural –, afetados por esse processo e pelos agentes do capital (madeireiros, grileiros, sojeiros e latifundiários etc.), confrontados no seu cotidiano com interesses econômicos e políticos estimulados pela política conduzida pelo Estado e inteiramente contrária àquelas práticas tradicionais. As ações desse Estado, em nível federal ou regional, na condução das políticas públicas (o que inclui também a completa ausência delas) – independentemente do regime político – são decisivas na manutenção do modelo de desenvolvimento historicamente adotado, mantendo a Amazônia como empório de recursos naturais para a acumulação capitalista. Os resultados decorrentes do saque a esses recursos e das agressões ao meio social nativo foram agravados a partir da ditadura militar – num primeiro momento, pelo seu planejamento oficial e, depois, pela completa submissão do Estado brasileiro que, no seu caráter geral de Estado, permite uma ocupação e exploração insana da Amazônia.

Feitas estas considerações, há que se destacar que a realidade da região amazônica deve ser compreendida a partir de sua inserção historicamente subordinada no quadro da acumulação capitalista mundial. Esta se realizou – e se realiza – com base na exploração das sociedades herdeiras da sina colonial –

especialmente as sociedades de economia natural –, ricas em recursos naturais, imprescindíveis aos países de capitalismo avançado, especialmente nos períodos de crise, como o que o sistema experimenta nas últimas décadas. Esta exploração se dá, entre outros métodos, pela via da implantação de empresas multinacionais e transnacionais que dispõem de tecnologia de última geração e de capital ávido para ser empregado onde a lucratividade exceda os níveis alcançados em seus países de origem.

O Brasil, e por extensão sua mais valiosa peça de barganha, a Amazônia, enquadra-se nessa condição e para a infelicidade de sua gente, a região se destaca pela riqueza da sua biodiversidade e pelas suas potencialidades minerais. Para efeito do que nos interessa, enquanto assistentes sociais comprometidos com um determinado projeto ético-político, a apreensão dos processos em curso na região torna-se de vital importância, posto que sem ela não se pode esperar uma intervenção qualificada, que enfrente a pauperização crescente das massas, a qual, a exemplo do quadro nacional, pode nos conduzir à barbárie.

Referências

- BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 set. 2012.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capitalismo-imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV: Editora UFRJ, 2010.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **A Amazônia colonial (1616-1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 1991.
- LEAL, Aluísio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José Raimundo; MARQUES, Gilberto. **Revista de Estudos Paraenses**. Belém: IDESP, 2010.
- LEAL, Aluísio Lins. **Amazônia: o aspecto político da questão mineral**. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.
- LEAL, Aluísio Lins. et al. **O impacto da modernização econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência: o caso do complexo industrial de Barcarena**. Belém: FINEP/FADESP/UFPA, 1986.
- LEAL, Aluísio Lins. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRAS/ALUNORTE. **Revista Ciências da Terra**, n. 5, jul./ago. 1982.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Trad. de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo eco-**

nômico do imperialismo. Trad. de Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de Eric Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual (Pará). **Ação civil pública com pedido de liminar**: licenciamento ambiental projeto Juruti/Alcoa. Santarém: MPF: MPE, 2005.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. **A democratização da sociedade**: participação das organizações da sociedade civil – experiências em Juruti Velho/PA. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém: SEI-COM, 1990.

TEIXEIRA, Joaquina Barata (Coord.). **Reprodução da força de trabalho em área de impacto de projeto transnacional**: um estudo do processo de proletarianização em Barcarena/PA. Belém: FINEP/FADESP/UFPa, 1991.